

ORGANIZAÇÃO DE NORMA FACILITA A CONTABILIDADE DE CLUBES DE FUTEBOL

Com o objetivo de padronizar os balanços contábeis dos clubes brasileiros de futebol, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) está elaborando uma norma específica para as demonstrações financeiras do setor. Segundo o relator da minuta em discussão, Márcio Villas, a intenção é que o novo texto legal seja publicado em janeiro ou fevereiro de 2004. Assim que editada, ela terá de ser cumprida pelos clubes. Os contadores que não seguirem as normas e os princípios fundamentais da contabilidade estarão sujeitos a penalidades que variam de advertência, punição pecuniária, suspensão e, em caso extremo, à cassação do registro. Os clubes têm até o final de abril de 2004 para prestar contas relativas ao exercício de 2003.



O texto, que ainda está em debate e pode sofrer alterações, não inova em relação às regras contábeis existentes para clubes de futebol, mas organiza os textos de maneira didática para o profissional que atua na área. Depois de ser aprovado pelo grupo de trabalho de Normas Brasileiras de Contabilidade do CFC, o documento ainda passará pela Câmara Técnica antes de seguir para os últimos ajustes no Plenário do conselho. Para Márcio Villas, "a norma apenas ajuda na interpretação dos fatos contábeis gerados pela atividade desportiva profissional e a sua contabilização apropriada. O seu cumprimento facilitará a comparação das demonstrações contábeis dos clubes de futebol. Mas as regras básicas da contabilidade deverão ser cumpridas independentemente da criação desta norma".

Carlos Aragaki, auditor de clubes e entidades como o Corinthians e a Federação Paulista de Futebol, diz que "80% da contabilidade voltada para os clubes de futebol está normatizada, apenas 20% precisa ser melhor tratado pois são temas extremamente específicos".



Indenizações bilionárias nos EUA inspiram romance de suspense

O mercado de indenizações bilionárias nos Estados Unidos, filão explorado avidamente por advogados e pesadelo para aqueles que são objetos de uma ação, é o tema do mais recente romance de John Grisham, *O rei das fraudes*, no qual o autor faz um relato de uma "indústria" que movimenta verdadeiras fortunas naquele país.

EDITORIAL

Fraude: alguns elementos e características

Lino Martins da Silva

A fraude é representada por uma ação ou omissão segundo a qual alguém procura obter vantagem direta ou indireta, omitindo um ativo ou uma obrigação ou, ainda, causando determinada perda a pessoa física ou jurídica, podendo ser classificada de três formas: quanto ao agente; quanto à origem e quanto à motivação.

No caso do agente, a fraude é praticada no contexto de uma relação pessoal, institucional ou mista. Quanto à origem, a fraude pode ser classificada em três categorias: interna (cometida por pessoas de dentro da organização); externa (cometida por pessoas de fora da organização) e conluio (quando envolve dois ou mais indivíduos, de dentro ou de fora da organização, mas com o propósito comum da prática de fraude). Quanto à motivação, a ocorrência de fraudes está, quase sempre, apoiada em aspectos como o desejo das pessoas para realizá-las; a posse de ativos voláteis e a fraqueza dos controles internos.

No que se refere ao desejo das pessoas, a prática tem revelado que não existe uma sistematização das fraudes. O auditor sempre encontrará indivíduos dispostos realizá-las, desde que tenham a certeza que não serão descobertos. Neste caso, os auditores estarão diante de uma ação oportunista de pessoas que, desprovidas de princípios éticos, preferem adotar a premissa segundo a qual "a ocasião faz o ladrão". A maioria dos casos mostra que os fraudadores são, quase sempre, indivíduos com fortes desvios éticos que ficam atentos para as oportunidades que apareçam no seu cotidiano, sempre procurando planejar o golpe.

O exame das práticas fraudulentas revela que todo fraudador inicia com um pequeno ilícito, seja em função de uma eventualidade, seja porque pretende testar a fraqueza da segurança dos sistemas de controle interno da organização. A posse de ativos voláteis, representados principalmente por dinheiro, títulos e ações, constitui um dos elementos do patrimônio das organizações que exige constante proteção e segurança, pois qualquer descuido pode animar o fraudador potencial a apropriar-se deles indevidamente.

Finalmente, no que se refere à fraqueza dos controles internos, é necessário que os auditores estejam atentos aos processos de negócios e, principalmente, ao comportamento das pessoas. Devem atuar no planejamento de controles para que o fraudador potencial não aproveite essa fraqueza e gere perdas ou prejuízos para pessoas físicas ou jurídicas. Para isso é necessário que o sistema de informações permita a

captura dos dados de todas as áreas, principalmente daquelas consideradas mais vulneráveis. A existência de controles efetivos aumenta a possibilidade de impedir a ocorrência de fraudes e também a sua descoberta antes que assumam proporções maiores.

A ocorrência de fraudes atinge milhões de reais a cada ano. O número de casos e a extensão das perdas provocadas, entretanto, são difíceis de calcular porque de modo geral tais fatos não são levados ao conhecimento da mídia, da polícia ou do Judiciário. Certamente porque as partes envolvidas preferem fazer acordos e, conseqüentemente, tais valores ficam fora das estatísticas. É reduzido o número de investigações e denúncias feitas e recebidas pelo Ministério Público e são poucos os encaminhamentos de processos aos Tribunais de Justiça.

A fraude, quando ocorre, pode não afetar diretamente todas as pessoas de uma organização, mas com certeza prejudica a todos por caracterizar, quase sempre, a ausência de controles internos. Produz, ainda que potencialmente, graves conseqüências de imagem - além dos danos financeiros e patrimoniais - comprometendo a continuidade dos negócios, levando a organização à falência e, em caso extremo, ao encerramento das suas atividades. Para evitar tais ocorrências os auditores devem fazer a avaliação do sistema contábil e de controle, preparando detalhadamente as recomendações e levando em conta que a prevenção é sempre melhor que a cura.

ENTREVISTA

Lino Martins da Silva
Controlador Geral do Município do Rio de Janeiro



Lino Martins da Silva, Controlador Geral do Município do Rio de Janeiro, é professor adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – onde leciona a disciplina “Contabilidade Governamental” no curso de Mestrado em Ciências Contábeis da Faculdade de Administração e Finanças. Pesquisador na área de contabilidade, controle interno e orçamento público, possui vários livros e artigos publicados sobre contabilidade governamental, apuração e prevenção de fraudes em contabilidade e procedimentos de fiscalização. Seu livro mais recente, de 2002, é Contabilidade Governamental um enfoque administrativo, publicado pela Editora Atlas.

Pre\$tando Conta\$ – Dez anos depois da criação da Controladoria Geral, como o Sr. avalia a prestação de contas dos recursos públicos do Município do Rio? Pode-se dizer que existe um “antes” e um “depois” da CGM?

Lino Martins – Certamente. Com a criação da Controladoria em 1993, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro vem abandonando a forma tradicional de prestação de contas, em que o controle existe para “proteger” os administradores e passa a “ajudar” esses mesmos administradores na sua ação de gestão dos recursos públicos. A estrutura anterior do controle na Prefeitura era subordinada àqueles a quem tinha que controlar. Com a criação da Controladoria o sistema de controle interno passa a ser subordinado ao Prefeito, o que permite maior unidade e uniformidade de suas ações de controle.

Pre\$tando Conta\$ – Há como definir em etapas precisas a evolução do sistema de controle interno local nessa primeira década?

Lino Martins – Na primeira etapa, a subordinação aos órgãos a quem deveria controlar foi rompida,

estabelecendo-se a criação de um órgão setorial de contabilidade e auditoria diretamente subordinado à Controladoria Geral e, portanto, rompendo com a ingerência dos titulares dos órgãos nas ações de controle.

Em seguida, tivemos a ênfase no treinamento de profissionais dedicados à área de controle interno da Prefeitura, eliminando a situação anterior onde não havia a especialização e o controle era exercido por funcionários de diversas categorias funcionais. Para isso, a Lei de criação da Controladoria estabeleceu um quadro de contadores, técnicos em contabilidade e técnicos de controle interno.

Na terceira etapa, passamos a desenvolver um sistema de informações gerenciais que permita ao usuário o acesso direto às demonstrações e relatórios do sistema de controle sem a nossa interferência técnica. O SIG pretende que o usuário busque diretamente as informações que deseja obter após o fechamento da execução orçamentária de cada mês. Nesta etapa foram iniciados estudos para implementação de um projeto piloto referente a um sistema de custos para áreas prioritárias como Educação e Saúde.

Na quarta e última etapa, no ano de 2003, exatamente quando se completam 10 anos de existência da Controladoria, iniciamos estudos que indicam a desnecessidade de manter em cada Secretaria um agente de controle as Gerências Setoriais de Contabilidade e Auditoria que inicialmente tiveram papel relevante na implementação de uma cultura de controle, mas que, como toda a estrutura organizacional, ao longo do tempo passaram a um processo autofágico erosivo que precisava ser corrigido. Assim, visando a correção de rumo, as Gerências foram extintas e foi criada a Central de Liquidação, passando a responsabilidade do empenhamento e conformidade legal para as respectivas Secretarias e centralizando a liquidação da despesa como responsabilidade da Controladoria após a fase operacional, em que cada órgão declara a conformidade na entrega do material, na prestação do serviço ou na medição da obra.

Tal reestruturação foi possível a partir de estudos que levam ao estabelecimento de uma matriz de risco que indica as áreas da Prefeitura mais vulneráveis segundo critérios estabelecidos previamente pela Auditoria Geral.

Pre\$taando Conta\$ – Completado o ciclo inicial de dez anos, o que se apresenta como tendência para as ações internas de controle no município? Lino Martins – A tendência é cada vez mais aprimorar a matriz de risco e focar as ações de controle nas atividades que indiquem índices de vulnerabilidade, principalmente com relação a fraudes, desperdícios, comportamento ético dos agentes públicos etc.

Pre\$taando Conta\$ – E no que se refere às ações externas, existe alguma perspectiva que possa influir nas rotinas de controle da Controladoria Geral?

Lino Martins – O sistema de controle implementado na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro está como sempre esteve, atento às tendências mundiais sobre auditoria, contabilidade e sistemas de informações. Assim, na medida em que novas técnicas e novos sistemas forem sendo pesquisados, a Controladoria deve acompanhar essas pesquisas e proceder às mudanças de procedimentos recomendados.

Pre\$taando Conta\$ – Que tipo de repercussão o trabalho da Controladoria do Rio alcançou nesse período?

Lino Martins – Do ponto de vista interno, a repercussão do trabalho independente da Controladoria foi a melhora dos procedimentos administrativos da execução orçamentária e financeira, tendo como consequência a eliminação de perdas e desperdícios. Do ponto de vista externo, a divulgação ampla de todos os relatórios e demonstrativos por meio da nossa página na internet, que passou a constituir um elemento de consulta para os estudiosos das finanças públicas e do controle governamental.

ENTREVISTA

Lino Martins da Silva
Controlador Geral do Município do Rio de Janeiro

Pre\$taando Conta\$ – Quais são os exemplos que o Sr. considera mais relevantes?

Lino Martins – A divulgação dos demonstrativos da LRF e do relatório apresentado periodicamente nas audiências públicas realizadas na Câmara dos Vereadores.

Pre\$tando Conta\$ – Dentre as experiências atualmente em curso na área de controle interno em outras cidades/capitais brasileiras existe alguma (ou algumas) importante de destacar? Porquê?

Lino Martins – As experiências na área de controle interno dignas de nota são as ocorridas no Estado do Rio Grande do Sul e na cidade de Salvador. No Estado do Rio de Janeiro podemos citar a que foi implementada na Prefeitura de Pirai.

Pre\$tando Conta\$ – É correto afirmar que, nos últimos anos, os sistemas de controle adquiriram maior importância no Brasil? Que fatores influíram na composição desse contexto?

Lino Martins – Sem dúvida. Nos últimos anos, os sistemas de controle adquiriram maior importância e os fatores que levaram a isso foram as alterações legislativas decorrentes não só da Lei de Responsabilidade Fiscal como também da maior conscientização da sociedade, cada vez fica mais exigente por resultados.

Pre\$tando Conta\$ – Nesse período de dez anos que mudanças (avanços ou retrocessos) podem ser registradas em relação às atividades de controle no setor público?

Lino Martins – Os avanços estão situados na maior conscientização dos profissionais de controle do seu verdadeiro papel, com o abandono de formas burocráticas de controles meramente formais, passando para um controle do desempenho e da realização de auditorias com base na análise e avaliação de riscos das ações administrativas e das políticas públicas. O importante passou a ser o que não pode dar errado e não o que está errado. O que não pode dar errado gera uma perspectiva para o futuro, enquanto o que está errado trata, apenas, do passado sem se preocupar com o futuro. Dentre os retrocessos, ainda temos órgãos de controle interno subordinados àqueles a quem deveriam controlar e alguns auditores que julgam ter descoberto o estado da arte da auditoria, abandonando os critérios técnicos de pesquisa da prova auditorial para centrarem suas ações de auditoria em sorteios daqueles que devem ser auditados. O que se tem visto é que esses órgãos fazem, na realidade, “uma auditoria lotérica” e o resultado anunciado de suas ações não tem sido o de ensinar como os administradores devem cumprir as normas legais e administrativas, mas sim de estabelecer punições com ampla divulgação na mídia.

Pre\$tando Conta\$ – Daqui a dez anos, que tipo de manchete o Sr. gostaria de ler sobre a comemoração dos 20 anos da Controladoria?

Lino Martins – Daqui a 10 anos o que gostaria de ler é que a Controladoria estará sendo premiada por ter ajudado na transformação de um setor público melhor no atendimento às necessidades públicas e que esteja voltada para a orientação dos agentes públicos, sobre como fazer as coisas certas dentro de objetivos claramente definidos. A Controladoria deve ser um instrumento que viabilize o rompimento das formas burocráticas de controle, passando para formas gerenciais.

Organização de norma facilita a contabilidade de clubes de futebol

Entre os assuntos específicos, o auditor destaca os direitos federativos (antigo passe, extinto com a Lei Pelé), os direitos de transmissão de imagem e o custo na formação dos atletas. Ele afirma que os clubes terão maior credibilidade e mais transparência à medida que encararem como uma obrigação a publicação de seus balanços examinados por auditores independentes.

O Clube de Regatas do Flamengo e o São Paulo Futebol Clube receberam bem a medida. Especialistas da área de finanças de ambos os times avaliam que é necessário definir procedimentos para operações específicas das entidades desportivas, que são diferentes das entidades mercantis em geral. O vice-presidente de Finanças do Flamengo, Sebastião Pedrazzi, acredita que a divulgação dos balanços possa trazer mais patrocinadores aos clubes. O diretor de Planejamento e Controle do São Paulo, Chafik Rayes Junior, concorda com essa visão, acrescentando que a maior dificuldade encontrada pelo seu clube na elaboração das contas acontecia justamente por ainda não existir uma norma específica para o setor. “As

atuais normas de contabilidade, não atendem integralmente às necessidades de um clube de futebol, principalmente em face às alterações introduzidas pela Lei Pelé", diz Rayes.



Publicada em março de 1998, a Lei Pelé (nº 9.615) foi a primeira iniciativa governamental criada para dar transparência à administração dos clubes de futebol brasileiros, ao cobrar a publicação anual dos balanços financeiros avaliados por auditores independentes. Mesmo com o prazo de três anos para se adaptarem à medida, muitos clubes não publicaram seus balanços, ou apresentaram balanços irregulares, na data limite de dezembro de 2001. Em 2002, quando o prazo para publicação passou para fevereiro de cada ano, a história se repetiu. Em maio de 2003, a Lei nº 10.672 alterou a Lei Pelé e ratificou que o clube que não divulgasse seu balanço financeiro e patrimonial anualmente no mês de abril teria seu dirigente inelegível por cinco anos em qualquer entidade ou empresa direta ou indiretamente vinculada às competições profissionais. Constatada a infração, também seriam anulados todos os atos praticados pelo dirigente em nome da entidade.

"Entre os times grandes que não publicaram seus balanços em 2001 e em 2002 estavam o Botafogo e o Vasco, mas desconheço qualquer punição", afirma o doutorando em Contabilidade e Controladoria da USP, Edison Ishikura, que atualmente está trabalhando na redação da tese intitulada "Contabilidade em Clubes de Futebol". Ele conta que a publicação dos balanços não foi uma exigência nova para muitos times. "O São Paulo já apresentava seus balanços antes da obrigatoriedade porque o estatuto do clube assim exigia", diz Ishikura.

O texto da norma em discussão no CFC explica de que maneira o contador deve classificar gastos como a contratação e a formação do atleta, os valores de indenização recebida ou a receber por multa de rompimento de contrato. Ressalta que "os princípios fundamentais de contabilidade, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade, suas interpretações técnicas e comunicados técnicos editados pelo CFC" são aplicáveis às entidades desportivas.

O destaque a estes temas foi a forma encontrada para impedir manobras como a do Santos, que em seu balanço de 2002 transformou um prejuízo de R\$ 13,2 milhões em um lucro de R\$ 37,2 milhões. Para tanto, o clube registrou em seus ativos os valores das rescisões contratuais de sua equipe, criando uma receita extra de R\$ 47,8 milhões e fechando o ano com saldo positivo. O Santos não poderia ter considerado os valores como ativo circulante - gerador de dinheiro em curto prazo - porque os contratos não haviam sido rompidos.

ESTANTE

A realidade como fonte de inspiração para romances de suspense



O Rei das Fraudes

John Grisham

Rio de Janeiro: Rocco, 2003. 372 p

Em seu novo romance de suspense, que leva o título de *O rei das fraudes*, o escritor americano John Grisham conta a história de um jovem profissional, Clay Carter, que após cinco anos de atuação na área de defensoria pública perde o idealismo peculiar em profissionais no início de carreira.

Sua transformação acontece depois de conhecer um ex-advogado que lhe oferece altos rendimentos e um luxuoso escritório mediante uma única condição: silenciar com o pagamento de US\$ 5 milhões as famílias de vítimas (cobaias voluntárias) afetadas durante os testes de medicamento desenvolvido para o tratamento de dependentes químicos. O teste estava sendo conduzido ilegalmente em pacientes negros por uma das maiores empresas da indústria farmacêutica americana. O problema começa quando algumas dessas cobaias envolvem-se em casos de assassinatos depois do uso do remédio em teste.

Clay Carter se demite da defensoria pública para se integrar ao seleto grupo de advogados especializados em processar grandes corporações representando milhares de vítimas. Além da riqueza e da fama, sua habilidade em conduzir as ações faz com que Carter torne-se conhecido como "o rei das fraudes".

O roteiro de Grisham é ao mesmo tempo instigante e atual, produto da evolução do seu trabalho como um escritor que traz na biografia a formação em Direito pela Mississippi State University. Isso o tornou um exímio conhecedor dos meandros do mundo jurídico americano. John Grisham praticou a advocacia, defesa criminal e tribunal de júri no estado do Mississippi durante dez anos. Em 1983 foi eleito para a Câmara dos Deputados. Reeleito em 1987, exerceu o cargo até o início de 1990.

Grisham publicou seu primeiro livro, *Tempo de Matar*, em 1989. A obra alcançou tanta receptividade junto ao público que teve uma versão adaptada para o cinema. Em seguida ao título de lançamento publicou vários romances de sucesso, alguns deles adaptados para o cinema. *A Firma*, *Dossiê Pelicano*, *O Cliente* e *O homem que fazia chover* são alguns exemplos da produção literária do advogado-autor que alcançou audiência mundial via Hollywood.

Tal receptividade aos trabalhos de John Grisham deve ser creditada, em parte, ao crescente interesse do público (nos Estados Unidos e em outros países) sobre o funcionamento das grandes corporações, reforçado pelos recentes escândalos contábeis envolvendo empresas de grande porte.

Como advogado e como escritor, Grisham percebeu que a área legal constituía um filão que podia ser explorado tanto na literatura como no cinema. Usando personagens com características comuns ao cidadão médio americano, o autor conseguiu criar histórias e situações que mais tarde, curiosamente, saíram das páginas dos romances para as editorias de economia e internacional da mídia mundial.

Conteúdo diferenciado é proposta de portal de Contabilidade

Estudantes, pesquisadores, professores em Ciências Contábeis e profissionais de qualquer área contam desde 2000 com uma fonte online de material sobre assuntos de contabilidade. Artigos, teses, monografias, notícias, informações sobre livros e eventos compõem o conteúdo do portal de serviços Rede Contábil (www.redecontabil.com.br), que funciona como base para atividades que envolvam elaboração de trabalhos

de conclusão de curso e dados gerais de uso profissional.

Lançado há três anos no XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade em Goiânia, o Rede Contábil tenta reduzir a falta de informação específica e estabelecer uma troca permanente de práticas contábeis.

Idealizado pelo professor Edgard Cornnacione, o portal reúne dados sobre os cursos brasileiros na área de Ciências Contábeis - de curta duração, técnico, graduação, mestrado, doutorado e MBA. Até agora, as visitas mensais somam, em média, 30 mil acessos. Os serviços incluem provas comentadas do CFC, bibliografia, oportunidades de emprego e chat acadêmico, sob a responsabilidade de um professor.

Para o criador do Rede Contábil, a proposta é fortalecer a profissão: "é um passo para consolidar esta valorização e, por isto, direcionamos esforços para oferecer uma oportunidade concreta de aperfeiçoamento. Estamos analisando a possibilidade de realizar treinamentos para permitir contato com professores, troca de experiência entre estudantes e profissionais. A procura em nossa iniciativa experimental mostrou que o público deseja consolidar seus conhecimentos em Contabilidade".

O perfil de usuários do Rede Contábil é formado basicamente por estudantes. Dados de 2002 mostram que, desses, 86,93% cursavam a graduação, seguidos por 6,78% em especialização. Além de Ciências Contábeis, o portal possui entre os cadastrados alunos de Administração, Direito, Informática, Biblioteconomia, Química e Teologia. "Os bibliotecários, por exemplo, estão ligados a bibliotecas de universidades na área de Contabilidade, a Conselhos Regionais de Contabilidade ou a instituições financeiras. Químicos, técnicos, engenheiros ou licenciados atuam em diversos ramos: em geral, são gerentes ou analistas financeiros", explica Sheila de Melo, organizadora do Rede Contábil.

Assessor Especial da Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro, Antonio César Cavalcanti visita a página há cerca de dois anos. "Há trabalhos que consulto, como monografias e artigos. Para quem gosta da área acadêmica é interessante", diz ele, que atualmente está na fase de redação da sua dissertação para conclusão do curso de mestrado em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Exemplos de portais voltados para estudantes com conteúdo e navegação semelhantes ao Rede Contábil são o Universia, com versão para oito países latinos mais Portugal, e o Aprendiz. Para os profissionais, existem o brasileiro Manual do Contador e o espanhol Tablero de Comando.

Seminário da IplanRio reúne cerca de 400 profissionais

Segurança no Contexto Estratégico; Segurança no Desenvolvimento de Aplicações; Plano de Continuidade de Negócios; Engenharia Social; Criptografia e PKI; Segurança em Redes de Comunicação de Dados; Legislação e Temas Jurídicos; Política de Segurança da Informação; Segurança Física e Gerenciamento de Riscos foram os temas tratados durante o II Seminário de Segurança da Informação promovido pela IplanRio entre 2 e 5 de dezembro de 2003. O objetivo principal do evento, que contou com a parceria de empresas privadas, foi conscientizar os servidores municipais sobre a importância do tema e suas consequências nas rotinas de trabalho.

Cerca de 350 servidores e 50 convidados externos participaram dos quatro dias do II Seminário. Para facilitar a compreensão da importância da área de Segurança da Informação, a equipe da IplanRio produziu uma peça de teatro retratando situações do cotidiano. Na peça, foi destacada a responsabilidade de cada servidor municipal para a consolidação de um ambiente seguro na Prefeitura do Rio. A peça obteve boa receptividade junto ao público: a pedido, foi apresentada duas vezes e a IplanRio recebeu convite dos representantes do Ministério da Marinha para apresentá-la em evento que está sendo organizado na Escola Naval.

Expediente:

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Prefeito: Cesar Maia

Vice-Prefeito: Marco Antonio Vales

Controladoria Geral do Município

Controlador Geral: Lino Martins da Silva

Sub-controlador: Vinícius Viana

Assessoria de Comunicação

Assessora: Sonia Virgínia Moreira

Prestando Conta\$

Edição: Sonia Virgínia Moreira

Pauta: Graça Louzada

Redação: Graça Louzada e Aline Thomaz

Editoração: Inez Torres

Ilustração: Zope

Versão Online: Giovanni Vivacqua Menezes